

## A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO ENSINO COMERCIAL NO BRASIL\*

Marcelo Soldão\*\*

Macioniro Celeste Filho\*\*\*



HTTP://DX.DOI.ORG/10.18224/EDUC.V23I1.5410

**Resumo:** *o objetivo deste trabalho é apresentar alguns aspectos da história do ensino comercial no Brasil desde o século XIX até a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) em todo o território nacional, em 1946. O texto apresenta a trajetória dessa modalidade de ensino iniciada de forma empírica, direcionada às classes menos favorecidas com a proposta de educar as pessoas e promover o desenvolvimento econômico do país. As décadas de 1930 e 1940 ocupam espaço privilegiado neste artigo por serem consideradas o período de institucionalização dessa modalidade de ensino e de grandes transformações políticas e educacionais no Brasil. Por meio de análise de fontes primárias, que foram localizadas, classificadas e selecionadas foi possível apresentar alguns aspectos dessa modalidade de ensino até a criação do Senac em todo o território nacional brasileiro. Foi possível compreender a trajetória da educação comercial e sua importância para a história da educação.*

**Palavras chave:** *História. Educação. Ensino profissional comercial.*

\* Recebido em: 14.02.2017. Aprovado em: 30.07.2020.

\*\* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus de Marília/SP. *E-mail:* marcelo.soldao@gmail.com.

\*\*\* Doutor e Mestre em Educação - História da Educação, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006). Professor do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências e do Programa de Pós-Graduação em Docência para a Educação Básica da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Bauru/SP. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Marília/SP. *E-mail:* marcio.celeste@fc.unesp.br.

## Introdução

O presente artigo é um recorte da minha pesquisa de mestrado defendida em 2017 pela Unesp – Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília/SP, intitulada *A criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial: O Processo de estruturação no Estado de São Paulo e sua expansão para o interior paulista na cidade de Bauru (1946 – 1961)*, que teve por objetivo geral compreender a criação do Senac e como se deu a expansão no estado de São Paulo e seu processo de interiorização na cidade de Bauru.

Para a construção da pesquisa de mestrado, se fez necessário conhecer a história dessa modalidade de educação contínuo no primeiro capítulo da dissertação.

Aqui, por meio de fontes primárias localizadas, selecionadas e analisadas produzimos este artigo que tem por objetivo apresentar alguns aspectos da trajetória histórica da educação profissional comercial no Brasil até o ano de 1961, com ênfase a partir de 1946 a criação do Senac e sua expansão no estado de São Paulo.

### PRINCIPAIS ASPECTOS DA HISTÓRIA DO ENSINO PROFISSIONAL COMERCIAL NO BRASIL

Ao pesquisar a história do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) no Estado de São Paulo, fez-se necessário estudar a história da educação no Brasil, buscando compreender as primeiras ações educativas para o trabalho profissional.

O desenvolvimento do ensino comercial depende da evolução econômica das práticas comerciais, que por sua vez estão atreladas à evolução da produção industrial e agrícola. Conclui-se que, por esse motivo, o ensino profissional comercial seja tratado na história da educação profissional de forma secundária. O destaque dessa modalidade de ensino é a educação profissional industrial e agrícola, que abrange vasta produção bibliográfica.

No Brasil, o ensino profissional foi cercado de preconceitos construídos ao longo da história. A expressão “mão de obra”, foi utilizada por muitos anos para designar aqueles que trabalhavam realizando serviços

braçais, escravos ou não. A cultura portuguesa trouxe a concepção de que homens livres e bem-sucedidos não deveriam trabalhar. Essa noção de trabalho diferenciava as pessoas na sociedade.

*Homens livres se afastavam do trabalho manual para não deixar dúvidas quanto a sua própria condição, esforçando-se para eliminar as ambigüidades<sup>1</sup> de classificação social. Aí está a base do preconceito contra o trabalho manual, inclusive e principalmente daqueles que estavam socialmente mais próximos dos escravos: mestiços e brancos pobres (CUNHA, 2000, p. 90).*

De forma empírica, as primeiras práticas de ensino profissional se iniciaram com a chegada dos portugueses aos aldeamentos, onde os jesuítas capacitavam para o trabalho metódico os indígenas e negros, livres ou escravizados. A capacitação que recebiam era considerada um adestramento, que tinha por objetivo a formação do caráter e a preparação para o trabalho. Havia um ponto de convergência da prática da formação para o trabalho com a de socialização e convivência.

Os jesuítas nos dois primeiros séculos de colonização criaram nos principais centros urbanos os colégios religiosos, chamados “escolas-oficinas”, que formavam artesãos e pessoas para trabalhar nos demais ofícios. Esses colégios são considerados os primeiros núcleos de formação profissional do país.

A modalidade de ensino comercial se expande no Brasil de acordo com as demandas econômicas, sociais e políticas. O desenvolvimento da educação está ligado de forma intrínseca com a economia do país, que vê naquela uma possibilidade de avanço.

*As relações que podem existir entre o sistema educacional e o sistema econômico são, assim, mais profundas: elas se medem não apenas em termos de defasagem, mas também em termos de exigências reais do modo econômico. Ambas determinam o grau de avanço ou atraso da escola. (ROMANELLI, 1984, p. 56).*

No século XIX o Brasil não oferecia ensino comercial. Os comerciantes aprendiam na prática, nos mercados ambulantes, vendendo

peixes, frutas e demais mercadorias, pelas ruas e nas casas de comércio, sendo que muitas vezes começavam como auxiliares nessa atividade. Surge então a necessidade de qualificar os comerciários, principalmente quando o Brasil independente articula de maneira nova seus laços comerciais.

*O ensino comercial no Brasil encontra-se diretamente ligado à abertura dos portos da Colônia às nações amigas, ocorrida em 1808, que acabou, na prática, com o pacto colonial. Os hábitos de consumo no Brasil foram alterados com a chegada de grande quantidade de mercadorias e o aumento das casas de comércio, que logo passaram a exigir empregados qualificados (BIELINSKI, 2020, p. 2).*

Assim, a educação profissional no período colonial pode ser definida como a prática “de atividades que empregava, preponderantemente, a força física e a utilização das mãos”, sendo inicialmente destinada aos indígenas e negros e mais tarde aos “menores desvalidos e aos desfavorecidos da fortuna”, e a formação “acontecia na vivência diária, sem que ocorresse a formalização de práticas de ensino”. Dessa forma o “Período Colonial deixou uma herança socioeducacional marcada, principalmente, pela gênese do preconceito contra os trabalhos manuais e práticos” (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p. 26).

Os jesuítas dominavam a educação no Brasil e suas escolas possuíam currículos próprios. Com a expulsão da Companhia Jesuíta, em 1759, o sistema escolar existente ficou sem orientação, sendo necessária uma nova organização educacional, cujas primeiras ações ocorreram com a instalação do reino português no Brasil, em 1808.

*A transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, mudou o status do Brasil, que deixou de ser colônia para se tornar a sede do Reino. Em vista disso, ocorreram aqui, durante as primeiras décadas do século XIX, transformações econômicas e políticas significativas. Do ponto de vista econômico, extinguiram-se as relações de intercâmbio e de exploração características do modelo MetrÓpole-Colônia. A economia brasileira deixou de basear-se apenas na agroindústria voltada para o sistema colonial de trocas. Iniciou-se a implantação de atividades e de*

*empreendimentos industriais estatais privados, para subsidiar o comércio que interessava à Metrópole (MANFREDI, 2002, p. 72).*

No Período Imperial, visando à reorganização do ensino no país, “As primeiras instituições públicas a ser fundadas foram as de ensino superior, destinadas a formar as pessoas para exercerem funções qualificadas no Exército e na administração do estado” (MANFREDI, 2002, p. 74). O ensino primário e o secundário serviam como cursos preparatórios para a universidade.

Paralelamente, o Estado e associações religiosas e filantrópicas organizavam o ensino profissional que era entendido como a educação que preparava jovens para atuarem em ofícios manuais.

*As iniciativas de Educação Profissional, durante o Império, ora partiam de associações civis (religiosas e/ou filantrópicas), ora das esferas estatais – das províncias legislativas do Império, de presidentes de províncias, de assembléias provinciais legislativas. Por vezes, também, resultavam de entrecruzamento de ambas, isto é, da combinação de entidades e grupos da sociedade civil com o Estado, o qual os apoiava mediante a transferência de recursos financeiros. Assim, a Educação Profissional, como preparação para os ofícios manufatureiros, era ministrada nas academias militares (Exército e Marinha), em entidades filantrópicas e nos liceus de artes e ofícios (MANFREDI, 2002, p. 75).*

Com marcas filantrópicas e assistencialistas (características das escolas profissionalizantes da época), foram criadas as casas de educandos e artífices entre 1840 e 1856, por dez estados<sup>2</sup> que as mantinham. Os alunos eram “crianças e jovens em estado de mendicância”, que nessas escolas recebiam instrução primária aprendendo leitura, escrita, aritmética e, concomitante, alguns ofícios, como tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria e sapataria, considerados ensino profissionalizante na época. Após concluir os estudos “o artífice permanecia mais três anos no asilo, trabalhando nas oficinas, com a dupla finalidade de pagar sua aprendizagem e formar um pecúlio, que lhe era entregue no final do triênio” (MANFREDI, 2002, p. 76). De acordo com Cunha,

*As casas de artifices foram criadas e mantidas integralmente pelo Estado; todas foram criadas por presidentes de províncias, autorizadas por leis das assembléias provinciais legislativas: sua clientela era constituída, predominantemente, de órfãos e expostos, o que as fazia serem vistas como “obras de caridade” do que “obras de instrução pública”; a disciplina era bastante rigorosa, militar ou paramilitar; a instrução predominante profissional era dada em arsenais militares e/ou oficinas particulares (CUNHA, 2000, p. 113).*

Foram criados entre 1858 e 1886, por iniciativa de entidades civis, os Liceus de Artes e Ofícios, que eram mantidos pelas sociedades particulares com auxílio governamental. O curso era destinado a toda a população, exceto aos escravos. O ensino era dividido em dois grupos, um de ciências aplicadas e outro de artes, que agrupava a formação de profissionais.

Em 1882, o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro inaugurou o curso comercial, gratuito, no período noturno, com duração de quatro anos. Esse curso visava “à profissionalização dos caixeiros ou dos que quisessem entrar nesse ramo profissional” (BIELINSKI, 2000, p. 2). Esse estabelecimento foi o primeiro a ministrar com sucesso o ensino comercial no Brasil, sendo que, “no período republicano, os liceus foram mantidos e, em alguns estados, ampliados, servindo de base para a construção de uma rede nacional de escolas profissionalizantes” (MANFREDI, 2002, p. 78).

O sistema educacional escolar e o ensino profissionalizante, na Primeira República, ganham novas configurações a partir de 1888 com o fim da escravidão, que perdurou por mais de 400 anos contribuindo para a “discriminação e o preconceito dirigidos aos ofícios manuais existentes desde os primórdios da colonização brasileira” (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p. 41), e com o crescimento urbano, fazendo surgir um novo perfil de aluno que pertencia às camadas populares urbanas, futuro trabalhador assalariado.

Com o desenvolvimento industrial, o aumento da população urbana, a imigração crescente, o fim da escravidão de pessoas, a abertura de estradas e o surgimento do automóvel tornava-se urgente organizar e estruturar o ensino profissionalizante no país. Essa modalidade de educação permanecia vinculada às camadas populares e mantinha suas características de cunho preventivo e corretivo na formação dos jovens.

*Com o advento do automóvel e com a abertura de estradas, para acelerar o desenvolvimento comercial e a conseqüente necessidade de pessoal especializado para suas atividades, de tal forma, que novos empreendimentos de ensino comercial surgiram, progressivamente, seguindo o modelo das duas grandes academias do Rio de Janeiro e de São Paulo. Deu-se início, assim, à formação de uma rede de estabelecimentos de ensino comercial no país (CARVALHO, 1965, p. 73).*

Fidélis Reis, deputado pelo Estado de Minas Gerais, apresentou um projeto de ensino profissional que propunha, também, sua obrigatoriedade. O projeto foi aprovado (Decreto nº 5.241, 22/08/1927), mas sem a obrigatoriedade, no entanto nem chegou a ser implantado por falta de recursos públicos. No entanto, o projeto não foi implantado, mas dava indícios de composição do ensino profissionalizante como parte de um processo educacional.

No mesmo ano o deputado Graco Cardoso, do Estado de Sergipe, “apresentou à Câmara um minucioso plano para organizar o ensino industrial no país, que deveria ser ofertado em três níveis: o Primário Industrial, o Médio e o Normal” (CAIRES; OLIVEIRA, 2016). Embora esse plano não tenha sido aprovado, ele foi considerado de grande importância na época, pois trouxe “a habilitação de uma nova classe de profissionais, designados como técnicos” (FONSECA, 1986, p. 219).

Muitas iniciativas foram implementadas para o desenvolvimento do ensino profissionalizante na Primeira República. Houve uma diversificação desse tipo de educação nos estados e na Federação, na tentativa de consolidá-lo e atender a demanda das indústrias. Destacam-se também as iniciativas no âmbito dos movimentos trabalhistas organizados em sindicatos que concebiam projetos para formação de trabalhadores adultos e seus familiares.

O Estado de São Paulo foi o que mais se destacou, na Primeira República, nessa modalidade de ensino. Em 1882, aprovou uma lei determinando a criação de cursos noturnos para trabalhadores, chegando a 22 desses cursos no ano de 1907 e a 139 dez anos depois. “Em 1920, mais de 50 mil alunos os frequentavam” (MANFREDI, 2002, p. 86).

A educação profissional na Primeira República caracterizou-se como um período de grandes transformações e novas práticas. A modalidade, antes estruturada de forma empírica, vai criando corpo e exigindo

organização. O ensino profissional comercial, sem grande relevância até esse momento é percebido e incluído nas ações promovidas para o desenvolvimento da educação industrial e agrícola. As práticas comerciais e a formação, até então, não são diferenciadas na literatura, necessitando inferência a fim de que se possa compreender o que de fato era atividade ligada comercial e, assim, identificar as ações relacionadas ao ensino profissional comercial que ganham destaque no Estado Novo.

## O ENSINO PROFISSIONAL COMERCIAL E SUA CONSOLIDAÇÃO NA DÉCADA DE 1930

Em 1930, o então presidente Washington Luiz foi derrubado em meio à instabilidade econômica do país, assumindo provisoriamente a presidência da república o gaúcho Getúlio Vargas, que permaneceu no governo por 15 anos. O período de seu governo ficou conhecido como “era Vargas”.

*A Revolução de 1930, levando Getúlio Vargas à chefia do governo provisório, determinou o início de uma nova era na história do Brasil, só terminada em 1945, quando ele foi deposto por um golpe militar. Durante esses 15 anos, Vargas foi presidente da República, primeiro garantido pelas armas das milícias das oligarquias dissidentes e do Exército; depois, eleito pelo Congresso Nacional; e por último, sustentado pelo Exército, já com o monopólio do uso da força, representando os interesses das classes dominantes (CUNHA, 1986, p. 229).*

Nesse mesmo ano Getúlio Vargas cria o Ministério da Educação e Saúde Pública (Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930), nomeando como primeiro-ministro religioso Francisco Campos. Com a criação desse ministério a educação passa por mudanças substanciais.

A partir de 1931, visando reorganizar a sociedade, o então ministro baixou um conjunto de seis decretos, redirecionando a educação nacional, o que ficou conhecido como Reforma de Francisco Campos<sup>3</sup>. A partir de 1931, visando reorganizar a sociedade, o então ministro baixou um conjunto de seis decretos, redirecionando a educação nacional, o que ficou conhecido como Reforma de Francisco Campos. O Decreto no 20.158,



de 30 de junho de 1931, tratava do ensino comercial. Pela primeira vez na história essa modalidade de ensino era organizada e sistematizada no âmbito nacional, como mostra Carvalho.

*Em 1931, em consequência da revolução operada na vida brasileira em todos os setores, sofreu a educação nacional a primeira grande reforma fundamental coma modernização e atualização de todo o aparelho educacional do país. Assim, o ensino comercial teve sua grande reforma instituída pelo Decreto n.20.158, de 30-6-1931. Porém, o mais importante foi a institucionalização das profissões contábeis e da contabilidade das empresas no território nacional, medidas que provocaram enorme impacto no ensino comercial (CARVALHO, 1965, p. 74).*

Para Romanelli (1984, p. 141), o ensino comercial foi o menos marginalizado dentre os decretos da reforma de Francisco Campos. A criação do Decreto nº 20.158 deveu-se não somente ao momento vivido naquele ano, mas ao crescimento do comércio na década anterior.

*O surto comercial e industrial da década de 1920 e 1930, consequentemente a Grande Guerra e o nascimento dos mercados internos, vieram desenvolver o ensino comercial que, de seis estabelecimentos em 1920, passou rapidamente, a cento e quarenta e cinco em 1930 (CARVALHO, 1965, p. 73).*

Com 82 artigos, o Decreto nº 20.158, publicado no Diário Oficial da União em 9 de julho de 1931, organizou o ensino comercial e regulamentou a profissão de contador. De acordo com o artigo 2º, O ensino comercial seria dividido em dois ciclos: o propedêutico, com duração de três anos, e outro contendo as disciplinas técnicas relativas a cada área, com duração de um a três anos. Seriam cinco cursos técnicos, além de um superior e um elementar.

*Art. 2º O ensino comercial constará de um curso propedêutico e dos seguintes cursos técnicos: de secretário, guarda-livros, administrador-vendedor, atuário e de perito-contador e, ainda, de um curso superior de administração e finanças e de um curso elementar de auxiliar do comércio (DECRETO Nº20.158, 1931).*

Os cursos técnicos teriam<sup>27</sup> disciplinas, distribuídas ao longo dos anos de formação, e todos contemplariam aulas de datilografia, alta tecnologia da época, que tinha por objetivo garantir que o aluno tivesse “condições de escrever corretamente e com agilidade, sem olhar para o teclado” (DECRETO N° 20.158, de 1931). É possível observar a relevância do ensino de datilografia no artigo 80 do decreto, que garantia: “Os datilógrafos e funcionários das repartições públicas serão de preferência escolhidos entre diplomados pelos cursos de guarda-livros e de secretariado, mantidos pelas escolas oficializadas ou reconhecidas” (DECRETO N° 20.158, de 1931).

No que se refere aos demais conteúdos determinados para os cursos citados no decreto, os conhecimentos ensinados seriam os de cálculos financeiros e de leis do comércio. O objetivo era formar contadores para trabalhar nos estabelecimentos comerciais, na indústria e na agricultura.

Analisando os conteúdos apresentados para a formação em cada curso técnico, observa-se seu nível de exigência. Tratava-se de conteúdos eruditos, distantes e desconectados do ensino primário oferecido na época, considerado precário e para poucos, desfavorecendo as classes populares. Os alunos seriam avaliados de forma rigorosa com provas escritas e orais. Para Romanelli, a reforma organizou o ensino para a elite.

*Praticamente, a reforma tratou de organizar preferentemente o sistema educacional das elites. A obrigatoriedade de se prestarem exames para admissão ao ensino médio, nos quais exigiam conhecimentos jamais fornecidos pela escola primária, importava em reconhecer a nulidade desta (ROMANELLI, 1984, p. 141).*

Para se matricular no curso propedêutico e no de auxiliar de comércio (este com dois anos de duração), os alunos precisariam comprovar a idade mínima de 12 anos, ser aprovados no exame de admissão e apresentar o recibo de pagamento da taxa de matrícula, compulsório na época. Os cursos técnicos exigiam o certificado de conclusão do propedêutico e o comprovante de pagamento de matrícula, entre outros itens. Apenas o curso técnico de perito-contador e o de atuário permitiam que os estudantes iniciassem o curso de administração e finanças. Com esses

critérios é notório que o processo de seleção dos alunos se dava muito antes do exame admissão.

O ensino profissional comercial era fiscalizado pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, depois pelo Ministério da Agricultura, no qual foi instituída a Superintendência de Fiscalização dos Estabelecimentos de Ensino Comercial, que agia apenas como fiscalizadora. Após a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos incorpora essa superintendência.

*Art. 34. A Superintendência de Fiscalização dos Estabelecimentos do Ensino Comercial passa a denominar-se Superintendência do Ensino Comercial, subordinada diretamente ao ministro da Educação e Saúde Pública, e terá ao seu cargo a fiscalização dos estabelecimentos de ensino comercial, reconhecidos ou em período de fiscalização prévia, e a direção de todos os institutos ou escolas de comércio, ciências econômicas e administração, mantidos ou dependentes da União, e bem assim o registo dos diplomas das escolas de comércio, de ciências econômicas e administração e dos títulos de habilitação previstos neste decreto (CAMARA DOS DEPUTADOS, 1931).*

A reforma de Francisco Campos sofreu críticas por organizar o ensino para as elites, deixando de lado os ensinos primário, normal e algumas modalidades do ensino profissional, mas é importante considerar que a partir do Decreto Nº 20.158 a educação profissional foi institucionalizada em todo território nacional contribuindo para a ampliação dos estabelecimentos de ensino comercial.

*[...] o mais importante foi a institucionalização das profissões contábeis e da contabilidade das empresas no território nacional, medidas que provocaram enorme impacto no ensino comercial. Basta dizer-se que os seis estabelecimentos de ensino existentes em 1920 passaram rapidamente a 145 em 1930, 280 em 1940, e quase 600 em 1950, e a matrícula de mil alunos em 1920, passou a setenta e cinco mil em 1950 (CARVALHO, 1965, p. 74).*

## O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA ESCOLA NOVA E O ENSINO PROFISSIONALIZANTE

Em 1932 um grupo de 26 intelectuais, insatisfeitos com a educação pública no país, lançou o documento Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, destinado ao povo e ao governo, conforme indicação no título do próprio documento. Esse manifesto foi redigido por Fernando de Azevedo<sup>4</sup> e dentre o grupo estava também Anísio Teixeira. Ambos haviam ocupado o cargo de diretor-geral da Instrução Pública do Distrito Federal.

Vale destacar que Fernando de Azevedo, em 1929, transformou o Instituto Profissional João Alfredo, do Distrito Federal, em um instituto profissional eletrônico e mecânico e Anísio Teixeira, em 1932, em escola técnica secundária, sendo considerada “a primeira tentativa, em nosso país, de superação da reprodução escolar entre o trabalho manual e o trabalho intelectual” (MANFREDI, 2002, p. 86). Nenhuma das foi bem-sucedida. “A reforma de Fernando de Azevedo foi embargada pela de Anísio Teixeira, por razões sociais e pedagógicas” (MANFREDI, 2002), e a reforma deste último foi desmontada com o golpe político que culminou no Estado Novo e nas “leis” orgânicas de Gustavo Capanema, que serão tratadas adiante.

Visando promover a reforma na educação, os 26 intelectuais surgem,

*À luz dessas verdades e sob a inspiração de novos ideais de educação, é que se gerou, no Brasil, o movimento de reconstrução educacional, com que, reagindo contra o empirismo dominante, pretendeu um grupo de educadores, nestes últimos doze anos, transferir do terreno administrativo para os planos político-sociais a solução dos problemas escolares (AZEVEDO, 2006, p. 2).*

Os intelectuais defendiam a laicidade do ensino, a expansão da escola pública e a igualdade de direitos para ambos os sexos, enquanto um segundo grupo, de maioria católica, combatia os ideais dos renovadores defendendo acima de tudo o ensino religioso. Para os representantes do movimento Escola Nova, a educação no país não estava conectada com as reformas econômicas que exigiam qualificação profissional.

Tratada de forma empírica, a educação necessitava de aperfeiçoamento e utilização dos conhecimentos científicos produzidos até então

no âmbito educacional. Para o grupo de intelectuais, os conhecimentos psicológicos e sociais deveriam ser garantidos na organização de um novo projeto educacional que proporcionasse a formação de um homem integral.

O Estado deveria criar escolas para todos, gratuita e obrigatória, que não proporcionasse segregação social, cumprindo com o seu dever. Assim a educação resultaria numa grande reforma social.

No que se refere ao ensino profissional, o texto do Manifesto dos Pioneiros faz críticas à legislação vigente, que não possibilitava aos alunos dessa modalidade darem continuidade aos estudos no ensino superior-- o que os intelectuais consideravam um verdadeiro “divórcio entre as entidades que mantêm o ensino primário e profissional” (AZEVEDO, 2006, p.10). Considerada ponto nevrálgico<sup>5</sup>, a educação não oferecia continuidade, promovendo segregação social. Para tanto, o manifesto propunha:

*A escola secundária, unificada para se evitar o divórcio entre os trabalhadores manuais e intelectuais, terá uma sólida base comum de cultura geral (3 anos), para a posterior bifurcação (dos 15 aos 18 anos), sem seção de preponderância intelectual (com os 3 ciclos de humanidades modernas; ciências físicas e matemáticas; e ciências químicas e biológicas), e em seção de preferência manual, ramificada, por sua vez, em ciclos, escolas ou cursos destinados à preparação às atividades profissionais, decorrentes da extração de matérias-primas (escolas agrícolas, de mineração e de pesca) da elaboração das matérias-primas (industriais e profissionais) e da distribuição dos produtos elaborados (transportes, comunicações e comércio) (AZEVEDO, 2006, p.11).*

Fernando de Azevedo e os demais integrantes do movimento criticavam as reformas promovidas anteriormente na educação, pois que “impressiona vivamente a falta de uma visão global do problema educativo” (AZEVEDO, 2006, p.3). As reformas promovidas até então não atendiam às necessidades do país.

*Para eles, as reformas empreendidas tinham sido parciais e arbitrárias, lançadas sem solidez econômica, sem visão global do problema e sem continuidade de pensamento. Portanto, a função do manifesto era corrigir o erro fundamental do sistema em vigor: o da falta de continuidade e de*

*articulação dos diversos graus do ensino, como se, não sendo etapas de um mesmo processo, cada um deles tivesse seu fim em particular, próprio. (CARVALHO, 2012, p. 136).*

## FERNANDO DE AZEVEDO E O CÓDIGO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Após participar do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, sendo o redator das propostas, Fernando de Azevedo, em janeiro de 1933, assumiu o cargo de diretor da Instrução Pública do Estado de São Paulo, demitindo-se em 27 de julho do mesmo ano. Mesmo com uma breve passagem por essa diretoria, elabora o Código de Educação do Estado de São Paulo (Decreto nº 5.884, de 21 de abril de 1933).

*Em menos de três meses, foi concluído e aprovado o projeto. Constituído por 992 artigos, a nova lei da educação paulista dispunha de modo detalhado sobre a educação pré-primária e primária, a educação profissional, a secundária, a pedagógica e a especializada. Por todo o texto legal perpassam os princípios da racionalização técnica, a adequação da escola ao meio social [...] (SOUZA, 2011, p. 7).*

Alicerçado nos ideais que caracterizavam os propósitos dos representantes do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, o código se concretizou com os princípios do movimento renovador. Fernando de Azevedo normatizou e sistematizou a educação pública no Estado de São Paulo, inclusive o ensino profissional.

Visando atender as classes populares e seguindo seus ideais, o Código da Educação do Estado de São Paulo possui 192 artigos voltados especificamente para a formação profissional. No texto, essa modalidade de ensino é sistematizada de forma criteriosa, clara e objetiva, mesmo desfavorecendo a continuidade dos estudos das classes populares, como estabeleceu a reforma de 1931 empenhada por Francisco Campos.

De acordo com o Decreto no 5.884, a educação profissional no Estado de São Paulo seria definida a partir de sua finalidade – adestramento no grupo de especializações profissionais; especialização profissional; aperfeiçoamento profissional; prática profissional; preparação de mes-

tres – com escolas profissionais femininas destinadas a desenvolver “a economia doméstica para a preparação das atividades femininas no lar”. O ensino profissional se seguiria após o ensino primário, proporcionando o desenvolvimento profissional e cultural dos alunos, divididos em: curso vocacional; escolas profissionais primárias; escolas profissionais secundárias; escolas noturnas de aprendizado e aperfeiçoamento profissional e curso de aperfeiçoamento para mestres (DECRETO nº 5.884, 1933).

Adaptadas ao meio, as escolas profissionais teriam caráter “industrial, agrícola ou comercial” (DECRETO nº 5.888, 1933), podendo ser mistas ou destinadas apenas para homens ou mulheres. Embora possa parecer um avanço no que se refere à possibilidade de haver escolas mistas para a formação técnica profissional, o decreto mantém características conservadoras em relação à formação da mulher trabalhadora ao oferecer o curso de economia doméstica.

*As indicações para a formação da mulher trabalhadora ratificavam as concepções em voga mantendo um traço nitidamente conservador. Assim, nas escolas profissionais femininas, além do curso profissional, deveriam ser oferecidos cursos de economia doméstica para a preparação das atividades femininas do lar (SOUZA, 2011, p.10).*

Em geral os cursos profissionais eram divididos em duas partes, sendo uma de conhecimento geral e outra específica da prática profissional. A média de idade para ingressar no curso profissional era de 11 anos com pré-requisitos específicos de acordo com a formação. O curso variava entre um e três anos de duração. Grande parte dos cursos era voltada à formação de profissionais para atuarem na indústria, porém podem-se observar matérias dentro desses cursos relacionadas à formação profissional comercial.

Para as mulheres, os cursos profissionalizantes eram os que mais possuíam características de formação comercial, demonstrando que o ensino profissional comercial ainda estava em processo de construção de sua identidade, mesmo após Francisco Campos ter elaborado o Decreto nº 20.158, de julho de 1931, sobre o ensino profissional comercial.

Ao organizar a educação profissional paulista durante sua gestão na Instrução Pública do Estado de São Paulo, Fernando de Azevedo tornava

evidente sua preocupação com a formação das camadas populares para o trabalho. O Código de Educação elaborado no breve período em que foi diretor da instituição tratava de questões como a aproximação entre a escola e seu meio e a necessidade de valorizar as aptidões do aluno, de modo que ele pudesse ser encaminhado ao curso profissional mais adequado às suas habilidades. O texto também propunha a criação do 5º ano pré-vocacional, destinado aos educados que concluíssem o 4º ano dos grupos escolares, com a finalidade de informar os alunos a respeito das profissões do meio local; oferecer-lhes oportunidade para o conhecimento prático do trabalho profissional; orientá-los na escolha de um ramo de atividade e guiá-los para aprendizagem adequada” (DECRETO nº 5.888, 1933). Assim, o Código de Educação do Estado de São Paulo concretizava parte das lutas ideológicas dos representantes do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova.

#### O DISCURSO DE GETÚLIO VARGAS NA CONSTITUIÇÃO DE 1934

Em meio ao crescimento urbano ligado à indústria, no final de 1933 e meados 1934 é elaborada a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, publicada no Diário Oficial da União em 16 de julho de 1934. Sua construção foi impactada pela instabilidade educacional da época, sofrendo influências e atendendo as reivindicações do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, como gratuidade e universalização da educação.

Durante o período de elaboração da constituinte de 1934, o governo era provisório. Vargas buscava definir seus ideais políticos, educacionais e atender interesses dos setores dominantes que o haviam apoiado e levado ao poder. Seu governo se caracterizava pela heterogeneidade de composição. A elaboração da constituinte foi marcada por disputas crescentes no campo educacional, também nos anos 1930 um grupo pedia a renovação da educação e outro estava preocupado com o conservadorismo religioso, fortalecido pelo então ministro Francisco Campos na sustentação da obrigatoriedade dessa disciplina nas escolas.

*A Constituição de 1934 foi de curta duração, o mesmo não ocorrendo com o processo de sua elaboração, levando em conta toda a série de acontecimentos: a partir de 1930. Duas correntes, digamos assim, bas-*



*tante presente e militantes se digladiaram no seu interior, nas questões educacionais. Vitórias ocorreram de ambos os lados, dada ser esta a intenção do poder de Estado. Eram segmentos da mesma classe que se opunham e cabia ao Estado conciliar e evitar o radicalismo (BITTENCOURT, 1986, p. 255).*

No que se refere ao ensino profissional, Getúlio Vargas em seu discurso na abertura dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, ao tratar sobre a educação e saúde pública”, começa dizendo que o país “estava ainda com os dois problemas capitais da sua organização para resolver: o trabalho e a educação”. E destaca a “preocupação de encarar seriamente: a solução desses dois importantes problemas nacionais” (VARGAS, 1933, p. 44).

*Todas as grandes nações, assim merecidamente consideradas, atingiram nível superior de progresso, pela educação do povo. Refiro à educação no significado amplo e social do vocábulo: física e moral, eugênica e cívica, industrial e agrícola, tendo por base, a instrução primária de letras e a técnica profissional (VARGAS, 1933, p. 44).*

Durante a elaboração da constituinte o foco foi o ensino religioso, diferentemente do que se pode perceber no discurso de Getúlio Vargas ao afirmar que “A instrução que precisamos desenvolver, até o limite extremo das nossas possibilidades, é a profissional e técnica” (VARGAS, 1933, p. 44).

*Em suas referências sobre a educação, fica a impressão de que os encaminhamentos dos debates e elaboração de propostas no plenário constitucional, serão em torno do ensino profissional. À primeira vista, a educação das camadas populares parece ser a meta governamental e a grande questão colocada pela nação diante de seus representantes. Não há nenhuma palavra sobre ensino religioso (BITTENCOURT, 1986, p. 246).*

A preocupação de Getúlio Vargas com o ensino profissional se torna compreensível após a análise da reforma de Francisco Campos, que por meio de seus decretos organizou, sistematizou e favoreceu o ensino

voltado à elite. Diante disso, Vargas sofria pressão política, popular e econômica por falta de uma educação que realmente atendesse a classe popular e formasse trabalhadores qualificados para atuarem nas indústrias em crescente expansão no país.

*Para o poder, o fundamental, no que se refere à educação, concentra-se na “instrução profissional técnica”, Getúlio Vargas argumentava sobre o domínio que a máquina exerce na sociedade brasileira. Para essa modernização, a educação é o elemento de garantir a produção e o enriquecimento. O progresso do país, seu desenvolvimento industrial e agrícola só pode se originar no trabalho e é, portanto, para o trabalho que deve se voltar a educação. As escolas deverão ser local de instrução dessa relação com o meio, capacitando o indivíduo para uma ação no local onde vive (BITTENCOURT, 1986, p. 247).*

Percebe-se que Getúlio Vargas lidava com três pontos de interesse que precisavam ser concretizados na elaboração da constituição. De um lado havia os conservadores lutando para manter o ensino religioso nas escolas, do outro os renovadores batalhando para que seus ideais fossem concretizados nessa lei, e no terceiro ponto Getúlio Vargas sofria pressão para organizar educação das camadas populares, dando total destaque ao ensino profissional no seu discurso.

Getúlio Vargas chega a afirmar que em alguns Estados houve tentativas de organizar a educação, mas considera que foram “incompletas e sem sistematização” (VARGAS, 1933). É importante lembrar que seu discurso foi feito quase seis meses após Fernando de Azevedo organizar e sistematizar de forma detalhada o projeto educacional do Estado de São Paulo – inclusive o ensino profissional – seguindo os princípios da Escola Nova, cujo manifesto foi publicado em 1932, que também estava influenciando a elaboração da constituição.

Para Vargas, a “ação isolada dos governantes” não bastaria “para transformar em realidade fecunda, empreendimento de tal alcance e tamanha magnitude”. Sua pretensão era construir uma “verdadeira colméia do saber humano”, denominada de Universidade Técnica, que formaria “gerações de professores e homens de trabalho” (VARGAS, 1933).

Mesmo com um discurso objetivo de seus ideais, Getúlio Vargas não consegue promover avanços no ensino profissional na Constituição de 1934, mas é em 1937, início da Segunda Guerra Mundial, em meio a instabilidades políticas e econômicas, que o país sofre um golpe no qual o governante, com o apoio de militares, implanta um regime político autoritário denominado “Estado Novo”, centralizando em sua figura todo o poder de decisão sobre a nação.

*[...] os anos de 1935, 36 e 37 foram marcados por intensas agitações políticas, movimentos dos operários, levante dos comunistas, crescimento do integralismo e, por fim, a campanha presidencial, Getúlio, jogando e estimulando de um lado, observando o desenrolar dos acontecimentos do outro, conseguiu, com o apoio dos militares, seu intento de continuar no poder, outorgando ao país, em 1937, uma nova Constituição, bem diferente da de 34, pois lhe dava plenos poderes para cumprir seus desígnios [...] expressos ou latentes (CUNHA, 1981, p. 97).*

## O INÍCIO DA EFETIVAÇÃO DO DISCURSO DE VARGAS REALIZADO EM 1933

Nesse contexto de turbulência social e política é outorgada a Constituição de 1937, encomendada por Getúlio Vargas a Francisco Campos e imposta aos brasileiros. No que se refere à educação em geral, não se viu a mesma amplitude proposta pela Constituição de 1934, porém o ensino profissional ganha tratamento e encaminhamento nacional.

Pode-se dizer que, com a Constituição de 1937, Vargas concretiza o discurso que fez na abertura da Assembleia Constituinte de 1934. Um dos aspectos desse discurso se reflete no artigo 129 do novo texto constitucional, que trata da definição do papel do Estado, das empresas e dos sindicatos na formação profissional.

*Art. 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.*

*O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.*

*É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público (BRASIL, 1937, p. 84).*

Com a Carta Constitucional de 1937, pela primeira vez o ensino profissional era tratado com tamanha abrangência, considerando que em 1931 o mesmo governo já havia legislado sobre o ensino comercial (Decreto no 20.158, de 30 de junho de 1931 – reforma de Francisco Campos). Nesse sentido, Caires e Oliveira destacam o “artigo 129 dessa Carta Magna, no que diz respeito à institucionalização da cooperação entre indústrias, sindicatos e Estado para a criação de estabelecimentos escolares, destinados aos aprendizes” (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p. 59). De modo geral, é possível observar uma evolução no sistema de educação profissionalizante, porém mais uma vez era legitimada a cultura discriminatória que separava o trabalho manual, reservado às classes menos favorecidas, do intelectual, voltado à elite.

A educação profissional no período do Estado Novo foi se constituindo de acordo com o contexto econômico do país, que passava por ampliação e intensificação da exportação, proporcionando um crescimento industrial e comercial, constatando-se “a necessidade de formar trabalhadores qualificados para atender às demandas do setor produtivo, fazendo-se urgente a organização, a ampliação da capacidade de atendimento e o aumento da qualidade do Ensino Industrial” (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p. 60) e também do comercial.

Em 1937, o Ministério da Educação e Saúde Pública foi reorganizado e passou a denominar-se Ministério da Educação e Saúde, tendo como ministro Gustavo Capanema, que ocupava o cargo desde 1934, permanecendo até o fim do Estado Novo, em 1945. Com o objetivo de

organizar o ensino profissional para atender as demandas econômicas e sociais do país, foram realizadas várias ações no âmbito educacional; houve um deslocamento, para o grau médio, de todo o ensino profissional, tornando-o nacionalmente reconhecido diante do aumento da procura por técnicos em virtude da expansão da produção industrial e comercial. Outra ação consistente refere-se à estrutura escolar, tendo em vista a necessidade de escolas técnicas. Para atender a essa crescente demanda, as escolas profissionais já existentes foram integradas à rede federal de ensino. Para atender à demanda de formação de técnicos integra escolas profissionais existentes a rede federal de ensino:

*Facilitar a implementação e o desenvolvimento da formação profissional, necessária ao desenvolvimento do país, consistiu na transformação, em 1942, dos Liceus Industriais do Ministério da Educação e Saúde em Escolas Industriais e Técnicas, que passaram a integrar, juntamente com as novas Escolas Técnicas, criadas no Rio de Janeiro, Ouro Preto e Pelotas, a Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino Industrial, destinada, especialmente, à oferta dos Cursos Técnicos definidos pela Reforma Capanema (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p. 64).*

## LEIS ORGÂNICAS DO ENSINO PROFISSIONAL COMERCIAL

No conjunto de ações empreendidas por Gustavo Capanema na área da educação estão as Leis Orgânicas do Ensino Profissional Comercial, conhecidas como Reforma Capanema. Trata-se de oito decretos-lei que abrangeram o ensino primário e médio, e que começaram a ser promulgados em 1942, ainda no Governo Vargas, estendendo-se até 1946, com o ministro da Educação Raul Leitão da Cunha, e vigorando até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961. Dentre as Leis Orgânicas destacam-se o Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943, que estabelecia a organização e as finalidades do ensino profissional comercial, e o Decreto-lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, que tratava sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) em todo o território nacional.

A partir do Decreto-lei nº 6.141, a educação profissional comercial passa a compor o ensino secundário (atual ensino médio), permitindo

maior flexibilização em relação à continuidade dos estudos nos demais níveis da educação formal, passando então a ser ofertada a todos. O primeiro dos 62 artigos desse decreto definia:

*Art. 1º Esta lei estabelece as bases de organização e de regime do ensino comercial, que é o ramo de ensino de segundo grau, destinado às seguintes finalidades:*

- 1. Formar profissionais aptos ao exercício de atividades específicas no comércio e bem assim de funções auxiliares de caráter administrativo nos negócios públicos e privados.*
- 2. Dar a candidatos ao exercício das mais simples ou correntes atividades no comércio e na administração uma sumária preparação profissional.*
- 3. Aperfeiçoar os conhecimentos e capacidades técnicas de profissionais diplomados na forma desta lei (BRASIL, 1943).*

Por sua vez, a Lei Orgânica do Ensino Profissional Comercial que trata da criação do Senac em todo território nacional, Decreto-lei nº 8.621 de 1946, atribui à Confederação Nacional do Comércio a responsabilidade de organizar e administrar essa nova rede de escolas. Vários fatores convergiram para o surgimento do Senac, entre eles a atribuição às indústrias e aos sindicatos, feita pela Constituição de 1937, do dever de “criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados” (BRASIL, 1937). Essa orientação teria estimulado também a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) em 1942.

Mas o fator citado como principal pela própria instituição Senac foi o encontro ocorrido em Teresópolis, no Rio de Janeiro, entre os dias 1º e 6 de maio de 1945, quando estiveram reunidos representantes de diversos setores produtivos, vindos de várias partes do país. Como fruto desse encontro foi elaborado um documento final denominado “Carta Econômica de Teresópolis”, sobre assuntos relativos a saúde pública, economia e educação, recomendando, de forma explícita, “a atribuição às entidades representativas das categorias econômicas e profissionais de idênticos direitos e deveres quanto à organização do ensino técnico profissional” (OLIVEIRA et al., 1945, p. 24).Dentre os diversos assuntos

discutidos, o grupo solicitava ao governo a “[...] fundação de escolas técnicas profissionais, em larga escala” (Id. p. 7).

Contudo, contrapondo-se ao fato de que o encontro de Teresópolis teria levado à criação do Senac, Oliveira afirma que os empresários eram contra a remuneração dos trabalhadores aprendizes e, portanto, não concordariam em custear sua formação. Para a autora, o Senai e o Senac foram criados por determinação de Getúlio Vargas.

*[...] ao contrário do que foi veiculado, a criação do Senai e do Senac não se constituiu em uma iniciativa do empresariado que, na época, resistia à instituição de uma aprendizagem sistemática, vinculando trabalho e escola. Além disso, os empresários também se opunham à remuneração dos trabalhadores-aprendizes. Na verdade, a criação desses serviços foi uma imposição de Vargas, que obrigou os empresários a assumirem a capacitação dos trabalhadores (OLIVEIRA, 2003, p. 33).*

Embora contraditórias, as duas opiniões citadas talvez não sejam excludentes, pois não há apenas uma determinante para a criação do Senac. É possível que alguns empresários fossem contra a remuneração dos aprendizes, assim como é provável que outros fossem a favor. Junte-se a isso o desejo de Getúlio.

Outro fator determinante foi a criação, em junho de 1945, de uma comissão especial destinada a promover e difundir o aperfeiçoamento o ensino comercial, liderada pelo então ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho. Em setembro desse mesmo ano era instituída criada a Confederação Nacional do Comércio, que, com a fundação do Senac, se tornaria responsável por instalar e gerir as escolas da instituição no país.

Observa-se que os acontecimentos no campo educacional ocorridos nas décadas de 1930 e 1940 foram extremamente importantes para a evolução e consolidação do ensino profissional no Brasil.

*O nascimento e o desenvolvimento do ensino técnico comercial é uma resultante do desenvolvimento comercial e da tecnologia nele empregada. A urbanização, a criação de grandes mercados consumidores, o desenvolvimento da produção em larga escala, a abertura de estradas, possibilitan-*

*do a distribuição rápida em larga rede comercial, resultaram em organização de enormes, variados e complexos empreendimentos comerciais, cujo funcionamento à base de aparelhagem e técnicas científicas em suas operações e em sua administração trouxe, inevitavelmente, a consequente criação de necessidades novas de pessoal altamente especializado e variadamente diversificado (CARVALHO, 1965, p. 72).*

Com a criação do Senac inicia-se o processo de instalação da instituição em todos os estados brasileiros com o objetivo de capacitar jovens entre 14 e 18 anos para atuarem em estabelecimentos comerciais. A partir daí o ensino profissional comercial passa a ser reconhecido em todo o território nacional.

### **Considerações finais**

A história da educação profissional comercial é identificada a partir da educação profissional industrial e ambas nascem dentro de oficinas, feiras onde o professor é aquele que sabe fazer e ensina o aprendiz em sua maioria negro e/ou pobre.

Com o passar dos anos e a evolução industrial a modalidade vai de estruturando como educação a ser mediada por um professor técnico que focava no ensino do fazer, uma vez que a fala dos governantes era modernizar o país e para isso necessitava de pessoas capacitadas.

É na década de 1930 que a educação profissional ganha mais espaço no país por forças políticas como Getúlio Vargas, o Manifesto dos Pioneiros e seus integrantes defensores da educação tecnicista voltada para o trabalho.

Dentre as leis orgânicas, em 1946 é criado o Serviço de Aprendizagem Comercial (Senac) com o objetivo de formar e capacitar trabalhadores do comércio em todo o território nacional. Uma empresa privada, sem fins lucrativos.

A partir dos elementos apresentados nesse artigo é possível compreender um pouco da história dessa modalidade da educação tão importante e presente no nosso dia a dia que é a comercial.

### **THE HISTORICAL TRAJECTORY OF COMMERCIAL**



## EDUCATION IN BRAZIL

**Abstract:** *The objective of this work is to present some aspects of the history of commercial education in Brazil from the 19th century until the creation of the National Service for Commercial Learning (Senac) throughout the national territory, in 1946. The text presents the trajectory of this type of teaching initiated empirically, aimed at the less favored classes with the proposal to educate people and promote the country's economic development. The 1930s and 1940s occupy a privileged space in this article because they are considered the period of institutionalization of this type of teaching and of major political and educational transformations in Brazil. Through analysis of primary sources, which were located, classified and selected, it was possible to present some aspects of this teaching modality until the creation of Senac throughout the Brazilian national territory. It was possible to understand the trajectory of commercial education and its importance for the history of education.*

**Keywords:** *History. Education. Commercial vocational education*

### Notas

- 1 Neste artigo, os textos das citações foram mantidos de acordo com a ortografia utilizada na época.
- 2 Pará (1840), Maranhão (1842), São Paulo (1844), Piauí (1849), Alagoas (1854), Ceará e Sergipe (1856), Amazonas (1858), Rio Grande do Norte (1859) e Paraíba (1865).
- 3 Francisco Campos nasceu em 1891. Advogado e jurista, foi uma importante figura política, sobretudo na Era Vargas, quando assumiu a chefia do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930 e posteriormente, em 1937, o Ministério da Justiça. Como ministro da Justiça, Campos foi incumbido de elaborar a Constituição de 1937.
- 4 Fernando de Azevedo foi diretor-geral da Instrução Pública do Distrito Federal (1926-1930). Em 1932 foi escolhido como redator do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Em 1933 assumiu o cargo de diretor-geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo e atuou como Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (1941-1942).
- 5 Adjetivo utilizado no item b do subtítulo (Plano de reconstrução educacional) do texto do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova.

## Referências

- AZEVEDO, Fernando. Manifesto dos pioneiros da Escola Nova. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. esp., p.188-204, ago. 2006.
- BIELINSKI, Alba Carneiro. **Educação profissional no século XIX**: curso comercial do Liceu de Artes e Ofícios: um estudo de caso. *Boletim Técnico do Senac*: a revista da educação profissional. Rio de Janeiro, v. 26 n. 3 set./dez. 2000. Disponível em: <http://www.senac.br/BTS/263/boltec263e.htm>. Acesso em: 02 nov. 2016.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Os problemas educacionais na Assembleia Nacional Constituinte de 1934. *Revista da Faculdade de Educação de São Paulo*, São Paulo, v. 12, n. 1-2, p. 235-260, jan. 1986. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33365>. Acesso em: 09 maio 2016.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931. *Diário Oficial da União*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-republicacao-81246-pe.html>. Acesso em: 02 nov. 2016.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto nº 6.141, de 2830 de dezembro de 1943. *Diário Oficial da União*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 nov. 2016.
- BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. 10 nov. 1937.
- BRASIL. *Diário oficial, de 16 de novembro de 1933*. Atividade da nova secretaria/ trabalho, indústria e comércio. DF, n. 21622, p. 1, nov. 1933.
- CARVALHO, Elma Júlia. Gonçalves de. *Políticas Públicas e Gestão da Educação no Brasil*. Maringá: EDUEM, 2012.
- CARVALHO, Manoel Marques de. Situação atual e tendências do ensino técnico comercial no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 99, p.72-98, jul. 1965.
- CUNHA, Luiz Antônio. A organização do campo educacional: as conferências de educação. *Educação e Sociedade*, n. 9, p. 5-48, maio de 1981.
- FONSECA, Celso. Suckow. *História do ensino industrial no Brasil*. v. 5, Rio de Janeiro: SENAI, 1986.
- MANFREDI, Sílvia Maria. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- OLIVEIRA, João Daudt D' *et al.* *Carta Econômica de Teresópolis*. Teresópolis: S.ed., 1945.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. Políticas públicas para o ensino profissional: o processo de desmantelamento dos CEFETS. Campinas: Papirus, 2003.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro; CAIRES, Vanessa Guerra. *Educação profissional brasileira: da colônia ao PNE 2014-2024*. Petrópolis: Vozes, 2016.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930-1973)*. 30 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

SÃO PAULO. *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*, 1933.

SOUZA, Rosa Fátima de. Fernando de Azevedo e a reconstrução do sistema educacional do Estado de São Paulo em 1933: sentidos e alcances de um projeto de reforma. In: VIDAL, Diana Gonçalves; ARAUJO, José Carlos Souza; MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946)**. Uberlândia/Campinas: Edufu, 2011. p. 337-361.